

Papai Noel é São Nicolau



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República,
escritor e imortal da Academia
Brasileira de Letras

O Natal é a grande festa da humanidade. Ao mesmo tempo em que afirma a presença de Cristo no mundo, marca o tempo de nossas vidas. Celebramos assim o advento e o nascimento de Jesus, os santos de nossa devoção e as tradições religiosas cristãs em todos os cantos do mundo.

O simbolismo do Natal é profundo. Ele representa o pacto de Deus com o homem: o Criador enviou seu filho à Terra, dando-lhe a condição humana para a nossa salvação, em um caminho que se inicia na manjedoura e se completa no sofrimento extremo da carne com o sacrifício da crucificação.

Essa festa da Natividade, pelo plano de Deus, foi uma construção religiosa que começou com o nascimento de Jesus e, ao longo dos séculos, foi agregando elementos da cultura popular e a organização que a Igreja na sua liturgia construiu.

Papai Noel originou-se na figura de São Nicolau, bispo da cidade de Mira, na Turquia (Bispo Nicolau de Mira), que, no século 4, era reverenciado por presentear, inclusive com ouro, secretamente, pessoas pobres e necessitadas. Sua fama cruzou o Oriente e o Ocidente. Depois, o tempo deu um enfeite à celebração natalina, o pinheiro — como suas folhas são perenes, conservando o

verde no inverno do Hemisfério Norte, com a neve e o frio, simboliza a vida eterna. Mais tarde, o papa Júlio I oficializou o dia 25 de dezembro como a data do nascimento de Jesus, coincidindo com a celebração romana da festa pagã do Sol, a luz que iluminava o mundo. Se o homem foi capaz de inventar o tempo, mais complexo, mais natural foi marcar a data da vinda do Cristo, a luz do mundo.

Juntando as coisas, através destes dois milênios, São Nicolau transformou-se no Papai Noel e, numa união da generosidade do hábito de presentear do bispo de Mira à dinâmica do mundo contemporâneo, multiplicou-se o comércio no Oriente e no Ocidente.

Miguel Gustavo, grande talento de compositor popular e criador de jingles, fez um destes dizendo: “No Natal o papai tá tão contente, mas o dinheiro do presente, de onde é que sai? É do papai, é sempre do papai!” Sem ter nada que ver com o Natal, eu também lembro de Miguel Gustavo com um jingle sobre a *Revista do Rádio* que virou marchinha do carnaval, que dizia: “Salve a *Revista do Rádio* / Já começa a fofocar / Uma fofoca aqui / outra fofoca acolá”.

Voltemos ao Natal. Eu estava em Nova York com Marly e fui levado por ela à famosa loja Sacks Avenue, sedução das mulheres em todo o mundo. Era o ano de 1961. Ao chegar, uma fila imensa. Marly foi logo me convidando: “José, vamos entrar nessa fila, deve ser alguma novidade de Natal”. Entramos na longa fila, por caminhos de pequenas pontes, neves artificiais e, por fim, chegamos a uma linda cabana com uma inscrição: Santa Claus. Entramos, e o que vimos? Um refastelado Papai Noel, sentado num trenó gigante,

puxado por renas. Ao ver, com surpresa, a novidade que Marly não esperara, comecei a rir muito — um riso amarelo de bobo. E o Papai Noel, ao ver um engravatado numa fila cheia de crianças, perguntou-me: “*Where are you from?*” (De onde você é?) “*From Brazil*”, respondi. (Do Brasil.) Ao lado, um fotógrafo. Contribuí com cinco dólares para Papai Noel, pensando em Santa Claus, como é chamado em inglês. E volto a rir, quando me recordo desse bobo episódio.

Eu tinha um querido amigo, de quem tenho grande saudade, Augusto Marzagão, que me dizia que desejava que suas cinzas fossem colocadas nessa loja de Nova York, a Saks Fifth Avenue, na Quinta Avenida, porque — ironizava ele — era “a única maneira de sua mulher visitá-lo depois de morto”.

Comecei este artigo pensando em fazer uma reflexão teológica sobre o Natal. Levado por lembranças, desviei-me e passei a dividir reminiscências e histórias de dezembro.

Minha bisneta Maria Sofia, de 9 anos, escreveu uma linda carta pedindo um presente a Papai Noel. “Papai Noel, peço-te que cure da doença a minha tia Roseana. Eu amo muito ela”. Como são puros e belos os sentimentos da infância! Tanto que a carta de Maria Sofia já operou um milagre: o de me fazer voltar a acreditar e fazer meu pedido a ele também: “Papai Noel, eu e Maria Sofia, tudo como no Plano de Deus, pedimos que Jesus Cristo atenda nossas preces”.

Com o amor a Roseana, o carinho de Maria Sofia, a fé em Deus e a lembrança de São Nicolau, ouço, em comunhão, as badaladas que já chegam dos sinos do Natal.

Maurenilson Freire/CB/DA Press



Crédito assistido: a ponte entre política monetária e desenvolvimento dos pequenos negócios



» VALDIR OLIVEIRA
Ex-Secretário de
Desenvolvimento Econômico do
Distrito Federal

A ata da reunião de dezembro do Comitê de Política Monetária (Copom) marca um avanço importante no diagnóstico da economia brasileira. O Banco Central reconhece, de forma mais clara, que a inflação está desacelerando — especialmente a inflação de serviços — e que a atividade econômica perde fôlego após longo período de juros elevados. Para os pequenos negócios, no entanto, o alerta para a principal mensagem da ata vai além da discussão sobre o momento de iniciar a queda da Selic: ela reforça a urgência de qualificar o uso do crédito, sob o risco de transformar uma oportunidade em um novo ciclo de endividamento, como aconteceu em um passado recente.

Para o Copom, a política monetária em pata-mar significativamente contracionista já vem produzindo os efeitos desejados. O consumo desacelerou, os setores mais sensíveis às condições financeiras sentiram, primeiro, o impacto, e a inflação dá sinais consistentes de arrefecimento. Esse cenário abre espaço para discutir a flexibilização monetária com a redução da Taxa Selic. Mas a experiência brasileira mostra que juros mais baixos não garantem, por si só, desenvolvimento econômico, especialmente para os pequenos negócios, principalmente quando pensamos no programa Pronampe, onde ampliamos a carteira de crédito

no Brasil, com incertezas no mercado e nos negócios. O resultado foi um grande endividamento.

No universo das micro e pequenas empresas, o crédito funciona como um medicamento: na dosagem certa, salva o negócio; na dose errada, pode levá-lo à falência. Quando concedido sem um diagnóstico empresarial, orientação, planejamento e acompanhamento, o crédito tende a ser usado para tapar buracos de caixa, rolar dívidas ou sustentar modelos de negócio frágeis. O resultado é conhecido: aumento da inadimplência, fechamento precoce de empresas e desemprego. É justamente para romper esse ciclo que emerge o conceito de crédito assistido. A decisão da tomada do crédito, muitas vezes, está associada à emoção do sonho de ter um negócio próprio ou aproveitar uma oportunidade para crescimento no mercado. Aliar consultoria e capacitação à concessão de crédito é dar mais segurança para os pequenos empreendedores e para as instituições financeiras, equilibrando emoção e razão na decisão de implantar ou ampliar um negócio por meio da oferta de crédito.

A ata também traz um elemento novo e relevante ao separar, de forma explícita, fatores conjunturais e estruturais na análise do mercado de trabalho. Embora o desemprego permaneça baixo, já aparecem sinais de moderação, como a redução da população ocupada e da taxa de participação. Esse esfriamento gradual contribui para a desaceleração da inflação de serviços, mas também sinaliza um ambiente de maior cautela para os pequenos negócios, que precisam operar com margens mais apertadas e menor previsibilidade de demanda. Ter menos pessoas ocupadas e menor número de procura

por trabalho é indicativo de desaceleração econômica, que pode impactar negativamente em consumo para os pequenos negócios.

Nesse contexto, a qualidade do crédito passa a ser mais importante do que o volume do crédito. O crédito assistido parte do princípio de que financiamento deve caminhar junto com consultoria, capacitação e gestão. O pequeno empreendedor, muitas vezes, não falha por falta de esforço, mas por ausência de apoio técnico na tomada de decisão financeira e na gestão do negócio. Crédito sem assistência pode acelerar o problema; crédito assistido transforma recursos financeiros em oportunidade de crescimento do negócio.

A sinalização de início do ciclo de cortes da Selic cria uma janela estratégica para fortalecer políticas públicas e instrumentos financeiros orientados. Fundos garantidores, programas de crédito com acompanhamento técnico e parcerias entre instituições financeiras e entidades de apoio empresarial são peças centrais dessa arquitetura. Eles reduzem o risco para os bancos, ampliam o acesso ao crédito e, sobretudo, aumentam a taxa de sobrevivência dos pequenos negócios.

A ata de dezembro revela um Banco Central mais confiante no controle da inflação. O desafio, agora, é garantir que a transição para juros mais baixos não reproduza erros do passado. O desenvolvimento não nasce do crédito fácil, mas do crédito bem utilizado. Para os pequenos negócios — base da economia brasileira e principal gerador de empregos —, o crédito assistido é o elo que conecta a política monetária à economia real, transformando juros mais baixos em negócios sustentáveis, menos inadimplência e crescimento de longo prazo.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Está dada a largada

O Brasil atravessa um dos períodos mais delicados de sua história republicana recente. A extrema polarização política, intensificada nos últimos anos e frequentemente resumida no bordão “nós contra eles”, não é apenas um recurso retórico: tornou-se método, estratégia eleitoral e, sobretudo, lente pela qual parte expressiva da sociedade passou a interpretar a realidade.

As consequências desse processo não se limitam ao debate público empobrecido; alcançam as instituições, a economia, a coesão social e a própria confiança do cidadão no regime democrático. Às vésperas de um novo ciclo eleitoral, com 2026 no horizonte, impõe-se uma reflexão serena, ainda que firme, sobre o que temos agora e sobre o que pode ocorrer se persistirmos no mesmo caminho.

Binário, o discurso que divide o país entre “os do bem” e “os do mal”, “democratas” e “antidemocratas”, “progressistas” e “reacionários” serve a um propósito claro: mobilizar bases, silenciar dissensos internos e enquadrar adversários como inimigos morais. Em curto prazo, esse expediente rende engajamento e fidelidade; em médio e longo prazos, corrói o tecido social.

O resultado é um ambiente político permanentemente tensionado, no qual a divergência deixa de ser componente legítimo da democracia para ser tratada como ameaça. O próximo passo é o Congresso, que passa a funcionar sob desconfiança mútua; o Judiciário, sob pressão constante para arbitrar conflitos que deveriam ser resolvidos na arena política; a imprensa, sob suspeita permanente; e a sociedade civil, fragmentada em bolhas informacionais que raramente dialogam entre si.

Essa lógica de fratura tem efeitos concretos. A previsibilidade institucional essencial para investimentos, planejamento econômico e políticas públicas de longo prazo se deteriora. Reformas estruturais tornam-se reféns do calendário eleitoral e do cálculo ideológico. A agenda nacional cede espaço à agenda identitária e simbólica, na qual gestos e narrativas importam mais do que resultados mensuráveis. O Estado, por sua vez, amplia sua presença como árbitro moral, enquanto a confiança interpessoal e a cooperação social se retraem.

No plano social, a polarização transforma a política em identidade. Votar deixa de ser escolha racional entre projetos e passa a ser afirmação existencial. Amigos afastam-se, famílias se dividem, ambientes de trabalho se contaminam. O debate público torna-se punitivo: errar é imperdoável; mudar de opinião é traição; buscar consenso é sinal de fraqueza. Nesse contexto, prosperam a desinformação, o sensacionalismo e a radicalização.

Há, ainda, um efeito menos visível, porém profundo: a naturalização do conflito como norma. Quando o antagonismo permanente torna-se rotina, a sociedade perde a capacidade de indignar-se com o excesso. Medidas excepcionais passam a ser vistas como necessárias; atalhos institucionais, como inevitáveis; a retórica de emergência, como justificativa para a compressão de liberdades. O custo democrático dessa anestesia é alto e cumulativo.

As instituições brasileiras demonstraram resiliência, mas não são indestrutíveis. A repetição de crises reais ou fabricadas desgasta a legitimidade dos Poderes e alimenta a percepção de que a política é um jogo de soma zero. Nesse cenário, cresce o apelo por soluções “fora do sistema”, seja pela via do messianismo, seja pela judicialização excessiva da política. As eleições, que deveriam funcionar como válvula de renovação e pacificação, passam a ser tratadas como plebiscitos morais. O perdedor não é apenas derrotado; é deslegitimado. O vencedor não governa para todos; governa contra metade do país. Assim, cada ciclo eleitoral deixa menos espaço para a reconciliação nacional e mais combustível para a próxima disputa.

Três cenários, não excluentes, apresentam-se agora. No primeiro, a polarização aprofunda-se. As campanhas intensificam o discurso de medo e demonização do adversário. A disputa concentra-se menos em propostas e mais em acusações. O resultado, qualquer que seja, tende a ser contestado por parcelas significativas da sociedade, prolongando a instabilidade. Nesse cenário, o país entra em 2027 com capital político reduzido, crescimento econômico tímido e confiança institucional ainda mais abalada.

No segundo cenário, surge uma tentativa de moderação, seja por fadiga do eleitorado, seja por cálculo estratégico. Candidaturas buscam ocupar o centro, prometendo diálogo e pragmatismo. O risco aqui é duplo: de um lado, a rejeição das bases mais radicalizadas; de outro, a dificuldade de governar num ambiente ainda contaminado. A moderação, para prosperar, precisará ser mais do que discurso; exigirá pactos mínimos e compromisso real com a institucionalidade.

No terceiro cenário — o mais desejável, porém o mais difícil —, a sociedade impõe limites à retórica do “nós contra eles”. O eleitorado passa a premiar propostas consistentes, capacidade de gestão e respeito às regras do jogo. As instituições reafirmam suas competências com autocontenção. Não se trata de eliminar o conflito, inerente à democracia, mas de civilizá-lo.

O que está em disputa em 2026 vai além de nomes e partidos. Está em jogo a qualidade da democracia brasileira. Entre o “nós contra eles” e a reconstrução do espaço comum, a escolha, ainda que imperfeita e difícil, será feita nas urnas e, antes delas, no debate público que soubermos construir. A história cobrará o preço das decisões tomadas no calor da polarização. Mas também reconhecerá, se houver, a coragem de escolher a democracia como método, e não como arma.

A frase que foi pronunciada.

“O espírito que prevalece entre os homens de todas as classes, idades e sexos é o espírito da liberdade.”

Abigail Adams

História de Brasília

Os Institutos de Previdência não estão acompanhando a espiral da inflação. O financiamento de casas para trabalhadores ainda é da ordem de 800 mil cruzeiros, quando uma casa popular quase sempre custa mais de um milhão. (Publicada em 13/5/1962)